

LINGUAGEM JURÍDICA: UMA REFLEXÃO SOBRE DISCURSO JURÍDICO E A DEMOCRATIZAÇÃO DO DIREITO (APOIO UNIP)

Aluna: Ana Fernanda Vasques Aragom

Orientador: Prof. Dr. Ricardo José Orsi de Sanctis

Curso: Direito

Campus: Sorocaba

Sendo a ligação entre Direito e linguagem intrínseca, pôde-se observar a construção de uma linguagem jurídica, ou seja, técnica. Contudo, o uso do chamado “juridiquês” – estilo rebuscado, com arcaísmos, latinismos e excesso de jargão profissional – afeta a compreensão do público, estabelecendo, assim, uma relação de poder entre quem detém o letramento acerca dos textos do mundo jurídico e o cidadão leigo. Ao discutir o uso do juridiquês como instrumento de poder, os objetivos da pesquisa foram: analisar a linguagem jurídica como um discurso de poder no meio jurídico; diferenciar linguagem técnica de jargão profissional (juridiquês); comparar textos jurídicos antigos e atuais para analisar a evolução e frequência do uso de terminologias arcaicas e/ou rebuscadas que podem dificultar a compreensão; e refletir sobre a democratização do direito por meio da linguagem. A metodologia consistiu em uma revisão bibliográfica sobre o tema seguida de análise em perspectiva dialógica de documentos jurídicos, observando os aspectos enunciativo, discursivo e linguístico através de descrição, análise e interpretação. Foram analisados documentos jurídicos de épocas diferentes, observando principalmente o aspecto linguístico da construção textual e como isso seria recepcionado pelo grande público. Como resultados, pôde-se observar a prática do juridiquês em documentos jurídicos de diferentes formas, como por meio de construções complexas e excesso de termos técnicos, o que permitiu discutir a construção de um discurso de poder de um grupo profissional. Deste modo, concluiu-se que a simplificação da linguagem no meio jurídico poderia resultar em maior acessibilidade, promovendo a democratização do Direito.